



**8º Encontro Internacional de Política Social**  
**15º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Questão social, violência e segurança pública:**  
**desafios e perspectivas**  
**Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020**

---

**Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental.**

**O colonialismo/imperialismo na Amazônia: uma herança não superada**

**Larissa Marinho da Costa<sup>1</sup>**

**Resumo:** A Amazônia tem um papel frente aos países de capitalismo central, mantendo em um processo de acumulação, nesse sentido, o objetivo deste artigo é perceber os traços do colonialismo e do imperialismo na atualidade na Amazônia. A partir de bibliografias relacionadas ao tema, pode-se entender que a acumulação capitalista procura meios para sua expansão, entre elas a utilização das colônias, como o Brasil e a particularidade da Amazônia, que desde então pertence um local de exportador de matéria-prima na DIT, tendo como consequência a expropriação dos povos tradicionais, com o uso da violência sempre que necessário.

**palavras-chave:** Amazônia; Colonialismo; Imperialismo; Expropriação de povos tradicionais.

**The colonialism/imperialismo in the Amazon: an unsurpassed heritage**

**Abstract:** The Amazon has a role in relation to the countries of central capitalism, maintaining in an accumulation process, in this sense, the purpose of this article is to understand the features of colonialism and imperialism present in the Amazon. From bibliographies related to the subject-matter, it can be understood that capitalist accumulation seeks means for its expansion, including the use of colonies, such as Brazil and the particularity of the Amazon, which has since belonged to a local exporter of raw materials in DIT, cousin resulting in the expropriation of traditional peoples, with the use of violence whenever necessary.

**Keywords:** Amazon; Colonialism; Imperialism; Expropriation of traditional peoples.

**INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata brevemente sobre o imperialismo, mas não se trata do período da antiguidade dos Grandes Impérios (Chinês, Persa ou Romano) e sim, o que se evidência com os “descobrimientos” de povos/países que se transformaram em colônias (América, Ásia e África), os quais são produtos da expansão monopolista do capital, que expandem suas fronteiras com objetivo de gerar mais lucro e ter mais mercado, por exemplo. E como esse processo não se limita a época dos monopólios, tendo novos rebatimentos ou estágios, em tempos do capital financeiro<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e, vinculada ao Grupo de Pesquisa Sociedade, Território e Resistências na Amazônia (GESTERRA), da Universidade Federal do Pará. Bolsista da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas –(FAPESPA). E-mail: lmc.larissa2@gmail.com.

<sup>2</sup> O capital financeiro ou capital portador de juros tem em sua natureza a centralização e expansão, no qual são realizadas na forma de juros, empréstimos, dividendo, fundos de pensão, câmbio, cartões de créditos, ou seja, outra forma de se fazer a mais-valia. O capital financeiro muda a geografia do mundo,

Se tratando do Brasil, e especialmente da Amazônia, é percebida essa lógica imperialista por este território ser fonte de matéria-prima (imprescindíveis), ou como Marques (2019) chama “estoque de matérias-primas”, e também como possibilidade de expansão de fronteira na qual o capital pode se realizar, com uma mão-de-obra mais barata, grande quantidade de desempregados e com baixa escolaridade, o que lhe gera possibilidade do pagamento de baixos salários e condições precárias de trabalho.

Resultando em pobreza para a população que vive neste território, contraditoriamente que é rica em recursos naturais, dos quais o capital necessita para se realizar e, portanto para o desenvolvimento dos países de capitalismo maduro, em contrapartida o subdesenvolvimento amazônico. E acrescenta-se a esta exploração uma dívida externa, crescente e impagável, nesse sistema que de maneira ilusória prometeu-se um desenvolvimento para a região.

Desta forma, este artigo se propõem discutir como o colonialismo e o imperialismo estão presentes na Amazônia. Para tanto, se dividiu em duas sessões, na primeira se problematiza como esse debate do imperialismo e colonialismo ainda não foram superados e como isso gera rebatimentos no Brasil; e na seguinte pretendeu-se demonstrar como esse processo se traduz para as populações que tradicionalmente vive no território amazônico e de que maneira podemos pensar em uma possível reconfiguração desse contexto.

## **1- COLONIALISMO E IMPERIALISMO: UM DEBATE SUPERADO?**

O ponto de partida desta discussão se baseia nos estudos de Rosa Luxemburgo (1985), ao tratar do surgimento da sociedade capitalista ainda no processo de transição na sociedade feudal (Europa Ocidental), essa passagem de uma economia servil, para uma de agricultura camponesa e do artesanato, a chamada acumulação primitiva.

E para que essa passagem, de uma economia feudal para a capitalista, se tornasse possível três fases foram necessárias, citadas por Luxemburgo (1985, p. 253): a “[...] luta do capital contra a economia natural, a luta contra a economia mercantil e a

---

não tendo um local fixo para se realizar em primeira estância. “A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada” (CHESNAIS, 1996, p. 241).

concorrência do capital no cenário mundial, em luta pelas condições restantes de acumulação”.

Essas foram as bases do modo de produção capitalista – domínio, opressão e exploração, além da expropriação de territórios. Na medida em que, há uma imprescindível luta com a economia existente, para que pudessem acumular, como fundamento deste sistema, com nova forma de produção, distribuição e consumo (teoria do valor) de mercadorias que passam a ter uma configuração baseada na alienação do trabalho para a obtenção de uma maior acumulação.

Nesse processo, refletimos sobre as relações de produção, no qual se faz necessário o domínio dos meios de produção e, em contra partida uma classe, a proletária, passa a ter somente sua força de trabalho para sua (re)produção da vida. Na racionalidade do capital, também, há a presença da violência, sempre que necessário, para a acumulação de capital, utilizada para que o uso da força de trabalho seja mais explorada, o trabalho enquanto “atividade humana fundamental”, passa a ir além das necessidades reais (FONTES, 2018).

Na acumulação primitiva ou originária para “[...] existir e poder desenvolver-se o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção [...] necessita [...] como mercado, [...]; e como reservatório de força de trabalho [...]” (LUXEMBURGO, 1985, p. 253), esse foi o alicerce da expansão do capitalismo para as colônias, como o Brasil, território que possui diversidade de riquezas, e tinha todas essas condições do qual interessa ao capital para sua acumulação.

No que se refere a esse processo de colonização, a questão da terra foi e é muito presente, pois o que era comum nas colônias era a terra que passa a ser dos seus soberanos e não dos povos que tradicionalmente habitavam nesses territórios. Na medida em que a propriedade privada é basilar para esse novo modo de produção, como uma de suas estratégias para expansão, domínio, opressão e, exploração, foi-se imposta essa forma de propriedade, diferente da que se conhecia, a de uso comum.

Além disso, também temos para obrigar essa expropriação e colonização, passaram a criar legislações para o repassasse de terras, no caso do Brasil, o primeiro instrumento nessa direção foi a adoção do Sistema de Sesmaria, uma normativa para a distribuição desigual de terras (sem o título de propriedade) para cultivo e pagamento de impostos para o Coroa Portuguesa.

Mas não podemos desconsiderar que esse processo é antecedido pelo sistema das Capitâneas Hereditárias, forma com que a Coroa Portuguesa encontrou para não ter “suas” terras invadidas, se iniciando o problema da concentração de terra no Brasil, distribuindo terras para os ex-ricos portugueses que vieram viver no país, sem considerar quem tradicionalmente vivia nesse território.

Sendo assim, quando refletimos o desenvolvimento do Sistema Colonial, entendemos que foi imposto aos colonos novas formas de (re)produção da vida. Uma das estratégias de acumulação do capital para se realizar a todo custo, Lênin (2011, p. 35) elucubrava, ser um processo de domínio econômico que sempre se fez fundamental para os grupos capitalistas.

A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico” (grifos do autor).

Esses períodos foram preponderantes para formação dos estados nacionais. Sendo assim, foram fruto do poder expansivo desses estados nacionais, que se tornaram as Grandes Potências existentes hoje, que competem “em torno da conquista e monopolização das hegemonias regionais” (FIORE, 2004, p. 42), tendo a contrapartida para esses territórios “conquistados” a pobreza e a exploração.

Mas, o que é fundamental entendermos nessa contextualização, da expansão do capital durante esses séculos, é a importância das colônias em todo esse processo, que no caso do Brasil tem desde sua ocupação ou invasão um lugar na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), a de país exportador de matéria-prima, que depois se reconfigura por meio dos *commodities*, mas que funcionam como matérias-primas. Sendo assim, sem a exploração das colônias essa expansão e acumulação do capitalismo não seriam possíveis.

Percebemos com muita clareza esse processo de submissão, ou melhor, de dominação muito presente no Brasil ainda no século XXI, tem suas heranças na colonização e ainda são muito fortes. O que temos atualmente na égide do capital financeiro, do qual Lênin (2011, p. 37) já refletia, uma intensificação da dominação, que isso “se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo”.

A lógica expansiva que promoveu desigualdade, e quanto se trata dos impactos para os territórios colonizados por essas “economias mundo”, estamos tratando de resultados desastrosos para muitas pessoas e para a natureza, como ocorreu e ocorre no Brasil, pois para que se tenha acumulação, vem em contrapartida a dominação, a opressão, a exploração e a expropriação, e se acrescenta-se a isto um sociedade produtora de crise, devido tantas contradições produzidas pelo próprio sistema que para tentar se recuperar outros precisam ser afetados, o que será tratado brevemente a seguir.

### 1.1 O Brasil e suas heranças no contexto do capital financeiro

No contexto brasileiro essa herança colonial gera muitos dos processos que vivemos hoje. E como então podemos pensar no colonialismo e imperialismo como um debate superado? Isso não é possível, pois, percebemos suas heranças e práticas acontecendo diariamente, entre elas, a exploração dos bens naturais, a expropriação de “terras tradicionalmente ocupadas”<sup>3</sup>, e o uso da violência para que se acumule capital, para citarmos alguns dos efeitos. Efeitos que mantêm o Capital em constante acumulação ampliada.

Para que se entenda o panorama geral de até então do capital financeiro no Brasil, no âmbito político-econômico com rebatimentos no setor social e ideológico, precisamos voltar para o debate a respeito das crises<sup>4</sup> que são inerentes ao capitalismo, que segundo Mézáros (2002), a partir da década de 1970 sobre a égide do capital financeiro, a crise toma novas proporções, descritas pelo autor como **estrutural**.

O autor caracteriza como crise estrutural por quatro aspectos, pois diferentes das demais crises do capitalismo, atualmente pode-se perceber esta crise com: *caráter universal; alcance global; seu tempo contínuo; e seu modo de desdobramento rastejante*. Desta forma temos que, “[...] uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, [...] uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global [...]” (MÉZÁROS, 2002, p. 797, grifo do autor).

---

<sup>3</sup> “[...] as terras indígenas são definidas como bens da União e destinam-se à *posse permanente* dos índios, evidenciando uma situação de tutela e distinguindo-se, portanto, das terras das comunidades remanescentes de quilombos, que são reconhecidas na Constituição de 1988 como de *propriedade definitiva* dos quilombolas. [...], pode-se afirmar que ambas são consideradas juridicamente como ‘terras tradicionalmente ocupadas’ [...]” (ALMEIDA, 2004, p.10-11, grifo do autor).

<sup>4</sup> Na sociedade capitalista as crises são necessárias para avançar suas barreiras imediatas.

E como tentativa de saída da crise, temos a investida neoliberal, que teve/tem como princípio o livre mercado e, um Estado Mínimo quando se trata de investimentos sociais, para que se reverta os efeitos econômicos desta crise, se é capaz de explorar mais os trabalhadores e de se aumentar as desigualdades, claro que isso é diretamente ligado a uma luta de classe, na qual as classes desprovidas de meios de produção são “colocadas em cheque”, e não se tem como resultado o fim da crise e sim seu adensamento.

Temos, por tanto, como rebatimentos da crise estrutural aumento da desigualdade social, que incide de forma cada vez mais aguda nas classes subalternas. E em decorrência da crise, para o sistema financeiro se manter é necessário se recorrer ao fundo público<sup>5</sup>, este “[...] passa socorrer instituições financeiras falidas durante as crises bancárias, à custa dos impostos pagos pelos cidadãos” (SALVADOR, 2010, p. 606), e isso ocorre principalmente nos recursos da Seguridade Social, afetando diretamente na execução das políticas sociais.

A redução de direitos e de políticas sociais configura-se como expropriação [...] as políticas sociais cumprem papel importante na reprodução da força de trabalho e implicam na sua condição de oferta. Portanto, sua obstaculização, desfinanciamento e contenção contrarreforma, como expropriação, viabiliza uma ofensiva ainda mais dura sobre os trabalhadores. [...] As políticas sociais também são pressionadas pelo que Mandel (1982) nomeou como *supercapitalização*, já que na crise os capitais superacumulados buscam nichos de valorização, transformando serviços públicos em mercadorias [...] (BEHRING, 2018, p. 190-191, grifo da autora).

E esse processo por sua vez tenciona as políticas sociais no sentido do sucateamento das mesmas, e, por conseguinte tende a privatizar os serviços, valorizando a esfera do mercado, tornando-os os serviços essenciais em mercadorias, que somente quem pode pagar tem/terá acesso.

O Brasil enquanto país “em desenvolvimento” passou seguir as recomendações do Consenso de Washington (CW), que se utiliza do poder ideológico hegemônico afirmando que seguindo-as se teria a resolução dos problemas, com suas **dez recomendações**, entre elas o pagamento da dívida externa; redução dos gastos públicos; a privatização das empresas estatais; desregulamentação que torna mais flexível as leis

---

<sup>5</sup> “O fundo público envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc.” (SALVADOR, 2010, p. 607).

econômicas e trabalhistas. O que podemos perceber claramente que o país seguiu a cartilha imposta pelo poder hegemônico Norte-Americano, isso tudo para afirmar, que o Imperialismo está bem presente, e não é um debate superado.

No Brasil foi instituídas “reformas” baseada no ideário neoliberal desde o governo Collor de Mello, tendo continuidade com Fernando Henrique Cardoso – FHC, através do projeto de Emenda Constitucional n. 173, cujo principal responsável foi o então ministro da Administração e Reforma do Estado (extinto Mare) Luiz Carlos Bresser-Pereira [...] estabeleceu como componentes básico da ‘reforma’, entre outros: a redefinição do papel regulador do Estado através da desregulamentação; o aumento da capacidade política do Estado em intermediar interesses, através da privatização, terceirização e publicização que envolvem a criação das organizações sociais; o aumento da governança, ou seja, a recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo, através de ajuste fiscal (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p. 451-452).

No neoliberalismo a dominação, a opressão, a exploração e a expropriação se agudizam, todavia não são consequências novas, somente se reconfiguram. Diferente do que se pensou dos governos petistas, estes seguiram o histórico brasileiro, combinando o ideário neoliberal com as políticas sociais, o que claramente temos contradições nesse processo, mas, não estamos negando seus avanços, somente deixando para reflexão as incompatibilidades trazidas, sem pretensões de estancar o debate.

Sendo assim, se escolheu na era Lula-Dilma, foram políticas que não gerassem grandes tensões com a classe dominante, pois, nunca se pretendeu ir além da ordem capitalista, se tratou de conjugar a diminuição da pobreza extrema e os interesses capitalistas, exemplo disso foi o pagamento dos juros da dívida externa, seguindo uma das principais recomendações do CW (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017).

Sendo assim entende-se que os princípios da sociedade burguesa continuam sendo bases para as *economias mundo* e, que o Brasil tem seguido como colônia, em uma lógica imperialista, tendo somente como parâmetro para os governantes a acumulação de capital, não importando as consequências.

Em síntese, corrobora-se com Behring (2018) quando afirma que as expropriações “são um processo permanente no capitalismo”, e isso ocorre desde da chamada acumulação primitiva, e perdura até os dias atuais, a expropriações de conquistas de direitos é uma das formas que esse processo pode ser visualizado. Todavia, esta não é a única forma de expropriação, tem-se mecanismos ainda mais violentos de se fazê-la, o que será discutido na próxima sessão deste artigo, com o corte

espacial da Amazônia brasileira, com os rebatimentos desse processo e uma possível forma de reconfiguração desse contexto.

## 2- AMAZÔNIA: REBATIMENTOS E UMA POSSÍVEL RECONFIGURAÇÃO DESSE CONTEXTO

*[...] a história da sociedade na Amazônia é muito anterior à chegada dos europeus, ditos “civilizados” (MARQUES, 2019, p. 38).*

Rosa Luxemburgo já debatia sobre esse processo quando se tratava da acumulação primitiva ou originária, de contextos históricos que nos parecem atuais, quando tratamos da Amazônia e de “Terras Tradicionalmente Ocupadas”, pois o capitalismo desde essa fase já precisava de “formas não-capitalistas de economia”, processos que a autora define como cerne do Imperialismo, para se expandir e dominar satisfazendo suas próprias necessidades.

Os objetivos econômicos que o capitalismo persegue em sua luta contra as sociedades de economia natural são, especialmente, os seguintes:

- 1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terra, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc.;
- 2) “Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho;
- 3) Introduzir a economia mercantil;
- 4) Separar a agricultura do artesanato (LUXEMBURGO, 1985, p. 254).

Ao lermos esses objetivos, não podemos discordar de que esse processo ocorreu na Amazônia e ainda ocorre, e percebemos o Imperialismo presente nos dias atuais, de criação de grandes projetos ditos para o desenvolvimento, que expropriam sujeitos dos seus modos de vida e ameaçam povos e lideranças que tentam preservá-los<sup>6</sup>, são exemplos.

Temos a **questão da terra** como eixo central dessa discussão, e se tratando da Amazônia a **luta pela terra** é imprescindível para a sobrevivência dos povos que tradicionalmente habitavam/habitam nesse território, que possuem uma relação direta

<sup>6</sup> Manchete do jornal on-line El País “Protejam Erasmo: ele pode ser assassinado a qualquer momento – Por que a violência na Amazônia aumentou no final de 2014 e por que a sociedade precisa se organizar para barrar as mortes”, publicado em vinte e um de dezembro de 2019 por Eliane Brum na coluna Opinião, referindo a uma liderança.

com a natureza, então, o que significa dizer ser expropriado nesse contexto? É muito mais que a mudança de um local para outro, significa a perda da sua própria existência. Mas, vamos avançar nas mediações desse debate de como se deu esse processo de colonização e a barbárie e o que isso representou(a) para a formação sócio-histórica da Amazônia e suas heranças.

Podemos dar prosseguimento tratando de uma estratégia imprescindível para a acumulação, o uso da violência. Desde o seu surgimento o modo de produção capitalista, para cumprir seus objetivos expansionistas foram necessárias práticas de violência, na medida que os territórios que foram ocupados, não o foram sem resistência, como mensura Luxemburgo (1985), é **ilusão** que esse saque possa acontecer sem que haja a **organização social**. Como podemos visualizar a seguir:

[...] as organizações sociais primitivas dos nativos constituem um baluarte na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e de sua aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não-capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. [...]. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encaminhada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho (LUXEMBURGO, 1985, p. 254-255).

O uso da violência é método permanente para a acumulação do capital, não somente invadindo territórios, mas também dizimando povos que lá habitavam. Uma das maneiras é se utilizando das suas estratégias para que a propriedade deste território seja do capital e não de quem tradicionalmente habitava. Para tanto foi necessário o ataque nas formas de organização social, para **desarticulação** como uma estratégia importante do capital, pois sem resistência, a possibilidade de domínio é mais simples, todavia, sempre que havia resistência, se necessário, há o extermínio desse povo.

No Brasil havia milhares de pessoas quando os europeus chegaram. Então o que tivemos foi descobrimento ou invasão em 1500? No estudo da história se temos versões de como ocorreu a colonização do Brasil e de como isso se deu na Amazônia, todavia, partimos do fato que milhões de pessoas, uma diversidade de povos foram mortos para que se pudesse acumular capital, em troca desse “descobrimento” se destruiu memórias, culturas e formas de (re)produção da vida.

Os registros antropológicos e históricos vão nos mostrar que se escravizaram os indígenas, tendo a religião católica, com a catequização e, a legislação como instrumento permissivo dessa prática<sup>7</sup>, primeiro os indígenas que já habitavam e depois os africanos trazidos para serem escravizados. De diversas formas se tentou resistir a essa presença, sobretudo portuguesa, mas o poder de guerra dos colonizadores foi capaz de exterminar povos, por meio de doenças trazidas como a varíola, e com poder de fogo, na medida em que legalmente não se tratava de crime e sim proteção (AS GUERRAS DA CONQUISTAS, 2018).

“No final do período colonial, e até mesmo após a independência, a escravização de indígenas e africanos, ou mesmo a sujeição a trabalhos pesados dos primeiros por métodos diversos, foi fundamental para a geração de um excedente de valor [...]”. (MARQUES, 2019, p. 49).

Todavia, essa forma de acumulação a custo de outros não ficou somente na acumulação originária, David Harvey (2005, p. 124), em uma articulação com o texto de Rosa Luxemburgo, trás para o debate a atualização desse processo e o denomina como “acumulação por espoliação”. Tratando que “[...] a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo mais baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”.

E por que a atenção do capital continua na Amazônia? A resposta não é simplesmente devido a sua vasta diversidade de riquezas, também esta relacionado a posição política do país em relação ao CW, e também pela sua construção histórica de dominado e explorado. Que gera uma acumulação mais barata e lucrativa para o mercado, facilitando a compra de insumos, determinantes encontrados na Amazônia, como descrito por Harvey (2005, p. 117):

[...] o acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso a mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios não-capitalista deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio [...], mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante. **O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham**

---

<sup>7</sup> Em nota de rodapé Marques (2019, p. 50), nos explica sobre as chamada “guerras justas”, “[...] que eram ações militares com objetivo de escravização contra as populações indígenas que reagiram violentamente à ação dos colonizadores ou se negavam a aceitar a catequização ou defender os portugueses”.

**afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos** (grifo meu).

Na Amazônia esse uso lucrativo é presente de diversas formas, essa abertura ao comércio ocorre principalmente a partir da década de 1970 com os três Planos de Desenvolvimento da Amazônia (I, II, III PDA), em que o objetivo se dizia ser a integração da região ao restante do país e seu desenvolvimento econômico, todavia, o interesse do capital era gerar lucro com baixo preço.

O primeiro I PDA (integrado ao I Plano Nacional de desenvolvimento - I PND) foi realizado de 1972 a 1974, em que se financiaram rodovias, uma forma de ocupação geografia com imigrantes vindo do Nordeste. O II PDA (1975-79) foi executado no período em que a Região tem seu papel na DIT consolidado de fornecedora de matéria-prima, com os investimentos foram criados o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) em 1974, dos pólos que recebeu mais atenção estava o Programa Grande Carajás (PGC). E o III PDA (1980-1985) foi criado para completar os investimentos do plano anterior (MARQUÊS, 2019).

Contudo, o que importa destacarmos nesta **Era Desenvolvimentista** são os resultados para as populações desses territórios de execução desses projetos, pois no lugar das rodovias haviam pessoas, no lugar das hidroelétricas haviam pessoas que dependiam dos rios, assim como no lugar dos garimpos para extração de minérios.

Em geral, para os formuladores da política pública a população pobre é apenas um dado – às vezes incômodo. O caboclo, cuja família há várias décadas é dona de determinada extensão de terra, mas sem título de propriedade, passa a ser concebido como invasor, intruso, não produtivo... Não lhes reconhecem direitos, mas lhes distribuem exclusão (MARQUES, 2019, p. 105).

A Comissão Nacional da Verdade investigou as violações de direitos humanos durante a ditadura. [...] concluiu que 8.350 indígenas foram mortos entre 1964-1985 vítimas de massacres, usurpação de territórios, remoção autoritária, tortura, maus-tratos e doenças infecto-contagiosas (MARQUES, 2019, p. 119).

Essa barbárie não tem seu fim com o fim dos planos de desenvolvimento, essa lógica é visível até os dias atuais, pois o grande triunfo de um país com bases imperialistas, já mensurava Lênin (2011, p. 40), é ter “nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas”, o que foi uma luta brutal na época da colonização, mas como já dito

que permanece ainda na atualidade, em novas formas de exploração, hoje com um equipamento tecnológico avançados torna essa luta “mascarada” de desenvolvimento.

Desenvolvimento, que Harvey (2005), nos sinaliza cujo o objetivo não é deixar a população alheia a ele, mas sim “que estejam continuamente abertos”, todavia, a que se inferir que este tem diferentes significados a depender da classe que se pertence.

O patrimônio amazônico é incalculável, mas a região permanece pobre, subdesenvolvida, dependente e periférica, Por quê? Porque as políticas de ocupação e “desenvolvimento” da região estiveram e permanecem a serviço do grande capital nacional e estrangeiro. Essa é a razão principal da degradação do ecossistema amazônico (MARQUES, 2019, p. 30).

Na particularidade da Amazônia nos dias atuais se percebe herança desse processo de colonização bem claro nas nossas relações de produção, a partir dos *commodities* que tem “entregado” os recursos naturais para os país dito de capitalismo desenvolvido.

A corporativização e privatização das terras comuns [...] indicam uma nova onda de ‘expropriação das terras comum’ [...] o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças anos de dura luta de classes [...] (HAREY, 2005, p.123, grifo do autor).

Toda essa barbárie ocorrida na Amazônia foi enfrentada com resistência das populações tradicionais, como já sinalizamos, e continua sendo a forma de se manter vivo a cultura e este modo de (re)produção da vida.

Como seria possível reconfigurar todo esse processo histórico? A partir da resistência os povos tradicionais conseguiram r-existir por muitos anos, mesmo depois de tantas tentativas para dizimar-los. Segundo o Censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no território brasileiro existem 817.963 indígenas, com maior concentração no estado do Amazonas, região Norte do país, também foi divulgado que existem 305 etnias diferentes no Brasil.

Consideramos que os povos tradicionais não são somente indígenas, mas os dados são para exemplificar a resistência de uma das populações tradicionais, que possui uma forma de (re)produção direta da vida com a natureza, utilizando-a somente para o necessário de sua existência, uma relação que vai além da objetivações primárias,

estão relacionadas a um uso sagrado e cultural da natureza para a manutenção de suas vidas.

Comunismo significa comum, e o que as populações tradicionais tem como (re)produção sociais é justamente essa vida comum. Uma sociedade sem qualquer forma de exploração e dominação, em sua prática cotidiana. Para tal, temos alguns indicativos, que ainda precisam ser melhor analisados, que não temos como dar conta nesse debate, mas, a partir das análises de Quijano (2014, p. 857) de que algumas práticas seriam necessárias para se chegar nesse novo tipo de sociedade, para podemos visualizar construir uma mudança societária.

- a. la igualdad social de individuos heterogéneos y diversos, contra la desigualizante clasificación e identificación racial / sexual / social de la población mundial;
- b. por con siguiente, ni las diferencias ni las identidades no serían más la fuente o el argumento de la desigualdad social de los individuos;
- c. las agrupaciones, pertenencias y/o identidades serían el producto de las decisiones libres y autónomas de individuos libres y autónomos;
- d. la reciprocidad entre grupos y/o individuos socialmente iguales, en la organización del trabajo y en la distribución de los productos;
- e. la redistribución igualitaria de los recursos y productos, tangibles e intangibles, del mundo, entre la población mundial;
- f. la tendencia de asociación comunal de la población mundial, a escala local, regional o globalmente, como el modo de producción y gestión directas de la autoridad colectiva y, en ese preciso sentido, como el más eficaz mecanismo de distribución y redistribución de derechos, obligaciones, responsabilidades, recursos, productos, entre los grupos y sus individuos, en cada ámbito de la existencia social, sexo, trabajo, subjetividad, autoridad colectiva y co-responsabilidad en las relaciones con los demás seres vivos y otras entidades del planeta o del universo entero.

É fundamental, assim, percebermos que há possibilidades de resistência e uma nova ordem para além do capital, pois disso se trata a sobrevivência não somente dos povos tradicionais, mas de toda a humanidade, pois na sociedade capitalista a exploração da natureza é até as últimas consequências, e sabemos que da natureza dependente a sobrevivência da humanidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de colonização na Amazônia se sustentou, segundo Marques (2019, p. 49) “no extrativismo e na escravização e genocídio indígena”, nos fazendo ter uma herança violenta para carregar. Acrescentando a isso ao fato de que todas as políticas

destinadas para a região Amazônica sempre estarem a serviço do capital estrangeiro. Desta maneira, o estudo da história nos tem apontado para um processo de opressão, exploração, dominação e expropriação, cujo tem sido enfrentado com muita resistência, principalmente quando tratamos dos povos tradicionais, que desde a invasão em 1500 tem a resistência como única saída para sua existência.

Na conjuntura atual, em que o capital financeiro tem um poder de dominação mais intensificado, e devido a tentativa de solucionar a crise (estrutural) do capital, novas estratégias tem-se feito, porém somente intensificam mais a crise. Nessa conjuntura para os povos tradicionais, assim como as classes subalternas no geral, vem se intensificando a desigualdade, em vez da promessa do desenvolvimento.

Assim é necessário continuar se resistindo aos ataques do capitalismo e de toda essa *acumulação por espoliação*, para tanto, é necessário a construção de uma mudança societária, na qual não se tem opressão, dominação e exploração do outro, não se trata de voltar a vida que tinham os povos tradicionais antes da invasão de 1500, pois isso talvez seja impossível, mas uma sociedade que o acúmulo de bens não seja o principal, na qual haja respeito a diversidade de culturais e tradições, e com distribuição de renda e de terra, uma vida comum a todos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n.1, ANPURR. Rio de Janeiro, maio de 2004, p. 187-209.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In.: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 187-209.

CASTILHO, Daniela R.; LEMOS, Esther L. de S.; GOMES, Vera Lúcia B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafio (im)postos ao Serviço Social. In.: **Resista Serviço Social e Sociedade**. n. 130, p. 447-466, set./dez., 2017

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Trad.: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. Cap. 10, p. 238-271.

FONTES, Virgínia. In.: BOSCHETTI, I. **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 17-62.

FIORI, José Luís. **O poder Americano**. RJ/ Petrópolis, Vozes, 2004, p. 10-64.

AS GUERRAS DA CONQUISTAS. In.: GUERRAS DO BRASIL.DOC. Produção Buriti Filmes. São Paulo, 2018. Documentário (26 min.), Netflix.

HAVEY, David. A acumulação via espoliação. Trad.: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. In: **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005. cap. 4, p. 115-148.

LENIN, V. I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. Campinas, SP: FE/Unicamp, 2011. (Navegando publicações). E-book.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultura, 1985 (Coleção Os Economistas).

MARQUES, Gilberto. **Amazônia**: riqueza, degradação e saque. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MÉZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad.: Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. En: **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a La colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 857-859. (Colección Antologías). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507045047/eje3-10.pdf>>. Acesso em: 01/01/2020.